

Demonstrações Financeiras

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores da
Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP15199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ana Andréa Iten de Alcantara'.

Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora CRC-SC-025678/O-3 T-PR

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10	3
Adiantamento a fornecedores	8	-	100
		<u>10</u>	<u>103</u>
Não circulante			
Intangível	9	10.390	5.843
		<u>10.390</u>	<u>5.843</u>
		<u>10.400</u>	<u>5.946</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	34	116
Obrigações tributárias	11	3	8
		<u>37</u>	<u>124</u>
Não circulante			
Arrendamentos	12	1.880	-
		<u>1.880</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	13		
Capital social		8.817	6.517
Adiantamento para futuro aumento de capital		369	-
Prejuízos acumulados		(703)	(695)
		<u>8.483</u>	<u>5.822</u>
		<u>10.400</u>	<u>5.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Despesas administrativas	14	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		<u>(5)</u>	<u>(6)</u>
Resultado financeiro	15		
Despesas financeiras		<u>(3)</u>	<u>(2)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(8)</u>	<u>(8)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(8)</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	<u>(8)</u>	<u>(8)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(8)</u></u>	<u><u>(8)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital social a integralizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.000	(536)	-	(394)	5.070
Integralização de capital	1.000	53	-	-	1.053
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8)	(8)
Dividendos revertidos	-	-	-	(293)	(293)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.000	(483)	-	(695)	5.822
Integralização de capital	1.817	483	-	-	2.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	369	-	369
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.817	-	369	(703)	8.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(8)	(8)
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a fornecedores	100	(100)
Dividendos antecipados	-	2
Fornecedores	(82)	111
Obrigações tributárias	(5)	(34)
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	5	(29)
Impostos pagos	-	(190)
Fluxo de caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	5	(219)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição intangível	(2.667)	(837)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.667)	(837)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	369	-
Integralização de capital social	2.300	1.053
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	2.669	1.053
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	7	(3)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	3
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	7	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), constituída em 20 de dezembro de 2011, tem como objetivo social a Companhia tem por objeto administrar os bens próprios e as participações de outras sociedades com objeto social compatível, como sócia ou acionista, bem como explorar atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, e ainda empreender atividades de coordenação e controle da operação de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, e ainda, realizar a gestão de ativos intangíveis não financeiros.

Em 20 de fevereiro de 2018, a Companhia, até então sediada na cidade de Maracanaú/CE, teve sua sede e foro transferidos para a Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 555, conjunto 231, 23º andar, Centro Empresarial Engenheiro José Joaquim, Bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 80430-180. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e realizará a construção de um Parque Eólico, quando o parque estiver concluído, terá uma potência instalada de 500 MW (não auditado), com geração estimada anual de 2.190.000 MW (não auditado). A Companhia já obteve as licenças ambientais prévias e os DRO (Declaração de recebimento de requerimento de Outorga) dos quais possuem validade até 13 de fevereiro de 2021, assim permitindo operar no Ambiente de Comercialização de Energia Livre e/ou Regulado. Para que possa dar início às suas operações, depende de reunir todos os pré-requisitos para participação de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e se sagrar vencedora para que possa obter autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica. Adicionalmente depende do suporte financeiro dos acionistas da Companhia sob a forma capital, empréstimos, ou ainda como garantidores de eventuais operações de crédito com terceiros. Os acionistas demonstram intenção e capacidade em apoiar financeiramente a Companhia a fim de garantir a viabilização dos investimentos necessários para suportar o projeto até o momento de geração de caixa operacional.

1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

O surto de Covid-19 foi relatado pela primeira vez no final de 2019 em Wuhan, China. Desde então, o vírus se espalhou pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de Covid-19 uma pandemia.

A Covid-19 impactou significativamente a economia mundial em 2020 e pode continuar impactando nos próximos anos. Muitos países impuseram proibições de viagens a milhões de pessoas e, além disso, pessoas em muitos locais estão sujeitas a medidas de quarentena. As empresas estão lidando com receitas perdidas e cadeias de suprimentos interrompidas. Alguns países têm realizado restrições em resposta à pandemia e, como resultado da interrupção das empresas, milhões de trabalhadores perderam seus empregos. A pandemia da Covid-19 também resultou em uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities em todo o mundo. Vários governos anunciaram e implementaram medidas para prestar assistência financeira e não financeira às entidades afetadas.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras--Continuação

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção dos fluxos de caixa para o ano de 2022 não deverão ser impactadas de forma relevante, assim como não deverá impactar premissas previamente consideradas para as compensações dos valores recuperáveis dos nossos ativos. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de maio de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, se existentes, estão incluídas nas notas explicativas.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021.

- Nota Explicativa 9 - Vida útil e recuperação do intangível.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais políticas contábeis

a) Intangível

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos como 'empréstimos e recebíveis'.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos como 'outros passivos financeiros'.

i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa não incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente.

iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c) Redução ao valor recuperável (impairment)

i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores.

ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*--Continuação

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

iii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

e) Ativos intangíveis

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos pela Companhia relativos à exploração de recurso eólico são capitalizados e mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada pelo método linear ao longo das vidas úteis e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável do ativo.

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021--Continuação

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Essa alteração não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduza definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis--Continuação

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

7. Caixa e equivalente de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	10	3
	<u>10</u>	<u>3</u>

8. Adiantamento a fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos diversos	-	100
	<u>-</u>	<u>100</u>

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto eólico e gastos com o desenvolvimento do projeto (i)	8.510	5.843
Direito de uso (ii)	1.880	-
	10.390	5.843

- (i) O Intangível refere-se, substancialmente, ao custo de um projeto desenvolvido para a implantação do Parque Eólico Ipujiara. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos das cargas e classes de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, soldagens e geologia.
- (ii) Provisão de contratos de arrendamento pelo direito de uso para desenvolvimento do Projeto Eólico Ipujiara.

Durante o exercício houve investimento pela Companhia no montante total de R\$ 2.667 composto basicamente com desenvolvimento dos projetos.

Direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

Redução ao valor recuperável

O ativo intangível da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar problemas de *impairment*.

10. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores mercado interno	34	116
	34	116

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Obrigações tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigações tributárias	3	8
	<u>3</u>	<u>8</u>

12. Arrendamentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arrendamentos	1.880	-
	<u>1.880</u>	<u>-</u>

Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos (144 contratos com vigência até 2063). A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 15% a.a.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 11 de junho de 2021 houve aumento de capital social no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de 1,00 (um real) cada, conforme AGE.

Em 26 de outubro de 2021 houve aumento de capital social no valor de R\$ 817.267,37 (oitocentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos), mediante emissão de 817.267 (oitocentos e dezessete mil e duzentas e sessenta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de 1,00 (um real) cada, conforme AGE.

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social

O capital social da Companhia passou a corresponder o valor R\$ 8.817.267,37, e está representado por 8.817.267 (oito milhões, oitocentos e dezessete mil e duzentas e sessenta e sete) quotas no valor de R\$ 1,00 cada.

Para continuação dos negócios, a acionista Volga Energia efetuou um adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de R\$ 369 que será integralizado ao capital social em 2022.

<u>Sócio</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Percentual capital social</u>
Volga Energia S.A.	<u>8.817.267</u>	<u>100%</u>
	<u>8.817.267</u>	<u>100%</u>

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Capital social	8.817	7.000
(-) Capital social a integralizar	-	(483)
AFAC	369	-
Reserva de lucros	(703)	(695)
Patrimônio líquido	<u>8.483</u>	<u>5.822</u>

14. Despesas por natureza

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custas e emolumentos	(1)	-
Telefone	(3)	-
Outras despesas diversas	(1)	(6)
	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>

15. Despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas bancárias	(3)	(2)
	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>

Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo.

b) Gerenciamento dos riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

i) *Risco operacional*

O risco operacional está relacionado com o não desenvolvimento do projeto conforme nota explicativa 1.

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

17. Provisão para litígios

A Companhia não possuem ou fazem parte de processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.